

## **Brasil Conectado: o Programa Nacional de Banda Larga e perspectivas para 2011-2014\***

*Brazil Connected: The Broadband National Plan, and the 2011-2014 Prospects*

Cezar Santos Alvarez\*\*

Evento: 54º Painel Telebrasil (18 e 19 de agosto de 2010)

Título: *O Brasil que queremos em 2011-2014: Informação & (Tele)Comunicação Multimídia*

Local: Hotel Sofitel Jequitimar, Guarujá, SP

Realização: Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil)

Palestra proferida em 19 de agosto de 2010

Slides acessíveis em [www.getel.org](http://www.getel.org), em 'Links' – 'Fontes Bibliográficas e Julgados'

Agradeço o convite para participar desse *54º Painel Telebrasil*. Creio que alguma coisa andou desde a última vez que estivemos aqui. No mínimo, alguma coisa andou. Essa noite, em primeiro lugar, vou contar um pouco como está o Plano Nacional de Banda Larga. Vou falar, ou melhor, tentar falar ainda do futuro e de qual caminho trabalhamos para que o Brasil chegue até 2014. Vou falar um pouquinho, também, da Telebras.

### **O que é o Programa Nacional de Banda Larga?**

Cidadania, educação e desenvolvimento para todos, por meio da internet rápida. Nós começamos pela inclusão de todos. Não queremos deixar ninguém pra trás. Já fizemos isso com o Bolsa Família. O Bolsa Família, dentre tantas coisas, transformou um exército de reserva (lembrem-se do jargão?) em mercado consumidor. Aquilo que era exclusão social virou motor do desenvolvimento do país. Queremos isso com o PNBL. A

---

\*Versão escrita de Gustavo Ferraz Sales Carneiro autorizada pelo autor.

\*\*Chefe de Gabinete Adjunto de Agenda do Presidente da República. Coordenador do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal. Designado Secretário Executivo do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital Brasil Conectado: o Programa Nacional de Banda Larga. Em 2011, assumiu a Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações.

diferença está em enxergar o brasileiro sem acesso à Banda Larga como oportunidade.

Este é o primeiro passo. Todo Brasil conectado. É para isso que construiremos – já estamos construindo – juntos, esse programa.

Como chegar a esse Brasil conectado? Vamos aos números e vamos ser tolerantes, valentes, com os números. Vamos dar a eles a melhor interpretação possível.

Sabemos que uma penetração de 6,3% não significa que, em cada 100 brasileiros, 6 tenham acesso individual em banda larga. Uma pessoa pode, realmente, algumas vezes, ter mais de uma assinatura ou acesso. Mas vamos considerar o número cheio. Aliás, vamos colocar o 3G dentro também. Todos os móveis são considerados acesso automaticamente. Nós não consideramos os *smartphones*, porque a maioria não oferece uma experiência que pode efetivamente ser comparada à internet, em um computador. O que que esse número nos revela? Que 92% da população brasileira tem zero kbps. Zero!

E o desafio é: como é que vamos mudar isso?

## **Parte um: desafios e metas do PNBL**

A equação é simples de se desenhar. Talvez, evidentemente, não seja assim tão simples de resolver. Precisamos de maior cobertura e mais velocidade, por menor preço.

### **Cobertura**

Vamos começar com a cobertura. A banda larga ainda é para poucos e o primeiro motivo é que ela é ofertada para poucos. Falta chegar aos lugares. A internet rápida ainda está disponível para poucos. A oferta ainda é restrita aos grandes centros urbanos. O acesso está concentrado no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Quais os elementos para resolver esse problema? Você já sabe, evidentemente, que para levar a banda larga até os lares, precisamos da rede de acesso. É nela que o cidadão, a escola, a empresa, o hospital, vão se conectar. Precisamos, portanto, de mais rede de acesso.

E rede de acesso é varejo. E o que resolvemos fazer com relação ao varejo? Nós aumentamos as alternativas de oferta. E o modo mais rápido para tanto foi aumentar a disponibilidade de radiofrequência.

A Anatel comprometeu-se a agilizar as outorgas de radiofrequência. Temos duas licitações importantes que devem ocorrer esse ano. Pelo menos mais uma para o ano que vem. Lembro a vocês que esse era um dos cinco pontos da Carta de Guarujá. Destaco aqui três dos compromissos assumidos pela Anatel.

O primeiro diz respeito à Banda H: o Serviço Móvel Pessoal. Esta licitação trará compromisso de abrangência. E, porque não, de preço máximo para o vencedor, de modo a chegarmos mais perto da meta de termos um serviço de terceira geração visando à internet rápida em todo o país? Queremos trabalhar mais esse tipo de contrapartida e, em troca, estamos dispostos a receber menos pelas outorgas de radiofrequência. Esta, aliás, é uma das diretrizes do PNBL.

Outra coisa bastante interessante, creio eu, será feita com a faixa de 3 GHz. Já sabemos que parte dessa faixa já pode ser usada pela União, pelos Estados e Municípios para interligar suas redes ou prestar internet de forma gratuita pra sua população.

A Anatel está desenhando um edital inovador inspirado no que aconteceu nos Estados Unidos, em que o espectro será dividido em diferentes tamanhos. Assim, haverá grandes blocos para grandes operadoras e pequenos blocos para pequenas operadoras. Isto deve facilitar o acesso de novas empresas e dinamizar ainda mais a oferta. Por fim, a faixa de 450 a 470 MHz. Como vocês podem ver no slide, esperamos com essa faixa construir uma alternativa para a banda larga no meio rural. A Anatel está desenvolvendo modelos bem inovadores para isso. Há dificuldades para a limpeza da faixa, mas estamos convictos que conseguiremos uma solução rápida dentro dos próprios termos da licitação.

## **Cobertura: redes de transporte**

Mas não há varejo sem atacado e as redes de acesso precisam se ligar a alguém, por óbvio. Nesse caso, porém, é mais difícil ter muitas redes de transporte como devemos ter redes de acesso. Para além da existência de redes de transporte é importante assegurar que essas redes, evidentemente,

tenham gente para se conectar. E é um problema do mundo inteiro; não é só nosso. Na Austrália, criaram, em 2008, uma empresa pública só para resolver esse problema. Na Suécia, já em 1999, a estatal que administra a rede elétrica nacional foi encarregada de construir uma rede de fibra ótica nacional. Na Inglaterra a agência reguladora decidiu separar os negócios de varejo e atacado. Nos EUA, o plano de banda larga recomenda que sejam revistos os modos de precificação e os custos, acenando para uma possível fixação de tarifas.

E no Brasil? O que decidimos fazer?

PGMU 3: avançar nas metas de universalização do *backhaul* fixadas pela Anatel e pelo Ministério das Comunicações e usar a infraestrutura do governo federal para ajudar a resolver o problema.

Mas disso falaremos na sequência.

Com as metas de universalização, já temos *backhaul* em todas as sedes de municípios, ou pelo menos teremos até meia noite de 31 de dezembro desse ano.

Esses são os pontos de presença no Brasil. O resultado de uma negociação valorosa e uma parceria fantástica do governo com a iniciativa privada.

O único problema foi que nós não definimos muito bem, creio eu, os critérios de disponibilização desse *backhaul* a terceiros, nem as condições de uso. Por isso, precisamos das novas metas.

As metas atuais valem apenas para o *backhaul* dos municípios que não tinham acesso em banda larga. Além disso, obviamente, precisamos avançar nas capacidades previstas e adequá-las à demanda dos próximos cinco anos.

Mas isso não basta. Para definir melhor as condições de acesso e de uso desse *backhaul*, decidimos fixar que ele seja disponibilizado sob demanda. Não há tanta novidade nisso. Será igual às primeiras metas de universalização do telefone, quando não se fixavam quantos telefones haviam de ser instalados, mas sim prazos e condições de atendimento da demanda.

Outro ponto importante: o *backhaul* terá preço regulado. Está aqui a previsibilidade tão sonhada, apontada em discursos e documentos. Podemos diminuir um pouco a tal de insegurança jurídica bradada aos ventos, porém não vejo em qualquer indicador da área de telecomunicação alguma expressão dessa tal insegurança.

## Velocidade/capacidade

Sabemos, porém, que não basta maior capacidade no *backhaul*. Temos de ter acesso com alta capacidade. E o que temos hoje?

O topo do gráfico são conexões feitas por acesso discado. No total, são 20% dos domicílios. O acesso discado é o mais lento e o mais caro disponível hoje. Não faz sentido que tantos ainda acessem a internet dessa forma. Mas a parte verde do gráfico também não traz boas notícias: são aqueles que têm acesso à banda larga. Os números falam por si.

No Brasil, banda larga, hoje, é tudo aquilo que não é acesso discado. E isso não é lá muita coisa. A enorme fatia vermelha indica o percentual de conexões iguais ou menores a 256 kbps: 34%. Aquelas pequenas fatias ali, que, se não estivessem destacadas, não conseguiríamos apontar no gráfico, representam o percentual de conexões maiores do que 4 Mbps.

Abaixo disso, a FCC já disse que nem banda larga é, para os padrões deles. Ou seja, nossa banda larga, meus caros, é estreita. É lenta ao ponto de nem ser banda larga em alguns países. Definitivamente, temos de acelerar!

Mas como?

Temos de olhar para as três tecnologias que hoje levam a banda larga ao Brasil: pares de cobre da telefonia fixa; cabos coaxiais da TV a Cabo; radiofrequência, principalmente 3G.

No resto do mundo, o par de cobre já era. A meta da Austrália, EUA, Suécia, Inglaterra é fazer chegar a fibra óptica até a casa do cidadão. Se lá já é um desafio, por aqui mais ainda. Para enfrentar esse desafio, teremos de tratar dos temas tabus. Precisamos colocar o dedo na ferida.

## Velocidade: temas tabus

Precisamos discutir se o Serviço Telefônico Fixo Comutado é apenas e tão somente um serviço de voz. Dizem meus advogados que toda concessão se sujeita ao princípio da atualidade. Ela obriga a concessão a ser revista e compreendida à luz das necessidades e do ritmo em que hoje estamos. Precisamos dessa discussão.

A banda larga continuará sendo um puxadinho sobre uma rede obsoleta de voz? Ou trataremos a voz simplesmente como uma aplicação sobre uma rede de dados?

Trataremos do serviço de voz de forma vinculada à rede de banda larga? Isso significa que o VoIP deve ter plano de numeração?

E tudo isso deve estar em regime público? Qual é o papel das regras de universalização? Temos de tratar desses temas.

A super banda larga será financiada por novos modos de fazer dinheiro, novos modelos de negócios que surgem a todo instante.

Não é apenas a convergência que precisa de banda larga. A banda larga precisa de convergência. A convergência vai pagar a banda larga. O que devemos fazer para chegar lá? Vocês precisam se integrar nesse processo. A convergência também exige que tratemos dos temas tabus.

## **Preço**

Não basta ofertar banda larga em todo o país. Não basta a banda larga ser veloz. As pessoas têm de poder comprá-la.

O preço de um plano de entrada no Brasil equivale a duas vezes e meia o preço no México, a duas vírgula sete vezes o preço na Rússia e a cinco vezes o preço no Japão. E detalhe: o plano de entrada no Japão é muito melhor do que o plano de entrada no Brasil.

A nossa banda larga ainda é muito cara. E por quê? A carga tributária é apontada por muitos como um dos grandes vilões, senão talvez o único.

## **Preço: carga tributária**

Na Carta do Guarujá do ano passado, o primeiro item apontado que deveria constar de um Plano Nacional de Banda Larga era a desoneração tributária dos serviços.

Afinal, segundo as prestadoras, a carga tributária brasileira é a mais alta do mundo, correspondendo, em média, a 43 % da receita líquida auferida. Só o ICMS representa 83% dessa carga tributária.

Mas essa não é toda a verdade.

O CONFAZ, em abril de 2009 – faz um ano e meio –, decidiu isentar de ICMS a banda larga que custe até R\$ 30,00 para o usuário por míseros 200 kbps.

Apesar de Acre, Distrito Federal, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe já terem aderido a isso, não há registro de oferta significativa nessas condições.

O que aconteceu? O problema não era a carga tributária?

Pelo visto, retirar 83% da carga tributária – ICMS zero – não foi suficiente. OK, nós estamos dispostos a fazer ainda mais.

Repito: o Governo Federal está disposto a abrir mão de receitas, sobretudo receitas setoriais, como as taxas de fiscalização e a própria contribuição para o FUST, mas o cidadão precisa de algo efetivo em troca. Ministro Guido [Mantega, do Ministério da Fazenda], fique tranquilo, se alguma transcrição dessa minha fala chegar até você: estou falando aquilo o que combinamos!

Mas, como eu dizia, o cidadão precisa de algo efetivo em troca. E por que R\$ 15,00? Porque é isso o que o usuário médio do celular pré-pago paga por mês e mais de 80% dos celulares são pré-pagos. Porque é somente a esse preço que conseguiremos alcançar rapidamente mais de 70% da população. Estamos dispostos a pagar por isso, mas sem vocês é impossível.

### **Preço: combos**

Queremos que esse plano seja oferecido de maneira avulsa ao usuário, mas não significa que ignoramos os efeitos positivos dos chamados “combos” no valor individual dos produtos oferecidos.

Sabemos, inclusive, que a demanda reprimida por televisão por assinatura nas cidades ainda não atendidas pode ser uma brutal alavanca para a banda larga.

A Agência, em brava decisão, resolveu dar andamento aos pedidos de outorga para prestação de TV a Cabo, o que deve ser aplaudido.

Também aspiramos à aprovação do PL 29 [de 2007, da Câmara dos Deputados] – agora PLC 116 [de 2010, do Senado Federal] – apesar de a possibilidade de sua votação no Senado ainda este ano estar um tanto quanto nebulosa.

Esse era outro ponto da última Carta do Guarujá.

## Preço: nada tema, com o mercado não há problema

Depois, basta, então, deixar o mercado convergente funcionar. O mercado é liberalizado e qualquer um pode prestar banda larga. É só pedir à Anatel. Então, qual o problema?

Parece não haver problema. Alguns dados indicam, porém, o contrário.

## Preço: competição

Hoje encontramos diferenças incríveis de preço na oferta de acesso em banda larga. O número de prestadores ofertando parece ser inversamente proporcional ao preço cobrado pelo serviço.

Não estou comparando São Gabriel da Cachoeira, na Cabeça do Cachorro, lá no Amazonas, com a Avenida Paulista. Isso ocorre em municípios próximos, às vezes contíguos.

É só atravessar a rua e o preço dispara! Talvez pudesse ser um problema localizado.

Mas não é ... eis o mistério. Via de regra, onde há três operadores, o preço é um. Onde tem um operador só, o preço é mais de duas vezes maior. Também aqui precisamos colocar o dedo na ferida.

Sejamos francos. Nos mercados que as operadoras chamam de ‘competitivos’ – leia-se: nos mercados de consumidores abastados –, em que há duas, três, às vezes quatro prestadoras disputando o mesmo apartamento, o preço cai. Nos mercados ditos ‘não competitivos’ – leia-se: nas localidades em que o consumidor tem uma renda menor –, em que, quando muito, tem uma operadora oferecendo banda larga, opera-se a lógica do lucro do monopolista.

Nada mais natural e cruel do que o que está acontecendo. O que está acontecendo hoje é justiça social às avessas. Na prática, o cidadão da periferia paga o preço da ausência de concorrência, enquanto o morador do bairro nobre usufrui dos seus efeitos.

Não são poucas as políticas que apostam em padrões de redes abertas.

O estudo do Berkman Center, de Harvard, para a FCC apontou que iniciativas como *unbundling*, separação funcional e, de modo geral, a desverticalização da oferta de serviços e redes foi fundamental para o bom desempenho da Europa na massificação da banda larga.



Vários planos de banda larga falam ainda no estímulo e regulação da penúltima milha e na necessidade de repensar a forma como usamos e distribuímos a radiofrequência.

Se queremos tratar do desafio da banda larga nos próximos cinco anos, não podemos fugir desse debate.

Outro ponto que afeta a competição são as fusões e aquisições no setor. Não é de hoje que o mercado de telecomunicações passa por esse processo de consolidação de grandes agentes, mas, no Brasil, isso se intensificou nos últimos anos, inclusive com amparo de políticas governamentais. O que podemos esperar disso?

Se menos competidoras significar menos competição e mais poder de mercado, o Brasil não quer. Não precisamos de outras três irmãs.

Se a consolidação desses grupos significar competidores mais robustos, querendo explorar novos mercados, arriscar, invadir as áreas uns dos outros, ótimo!

O governo está aí para ajudá-los com todo o tipo de medida: regulatória, fiscal, industrial e o que mais for preciso para vocês jogarem esse jogo interessantíssimo que pode ser a disputa por mercado.

## **Telebras**

E a Telebras? Qual é o papel dela? Por que precisamos dela?

O primeiro ponto é segurança nacional.

Nos EUA, eles têm poderes sobre questões de segurança que nós não temos. Inclusive, muitos desses poderes nós não podemos e nem queremos ter.

Na Europa, não é sequer considerado lesivo às regras de livre comércio que qualquer estado membro invista em redes próprias de segurança nacional ou de interligação entre entes de governo.

No Brasil, o IBGE não conseguiu contratar serviço de comunicação para os recenseadores. Imagina se isso acontece com algum sistema de segurança.

Enfim, assim como outros países fizeram, não somos hostis à iniciativa privada. Em absoluto! Mas não podemos ficar reféns dela.

O segundo ponto é menor assimetria de informação para regular

Muitas vezes, a regulação necessita fixar preços para determinadas utilidades. Questões como interconexão e *unbundling* são exemplos disso. Não podemos achar que o tão falado modelo de custos irá resolver sozinho esse problema. A Telebras poderá servir como parâmetro para a regulação de preços.

O terceiro ponto é o planejamento conjunto das obras de infraestrutura

A existência da Telebras facilitará associar a expansão da rede de fibras a outros projetos de infraestrutura como redes de transmissão de energia, gasodutos. O edital do TAV [trem de alta velocidade], por exemplo, contém regras que preveem a construção de dutos e instalação de fibras ao longo de seu trajeto.

O quarto ponto é a ampliação das possibilidades de uso de recursos públicos em parcerias público-privadas

Em outros países, é mais fácil transferir recursos públicos para projetos a serem executados pela iniciativa privada. No Brasil, por razões históricas – e, infelizmente, compreensíveis –, é mais difícil, pois há mais burocracia e menos flexibilidade no uso desses recursos. A Telebras cria uma alternativa interessante para parcerias público-privadas. Quantos de vocês já pararam para pensar que um dos motivos do sucesso do Luz para Todos é que os recursos vinham da Eletrobrás e não do Tesouro? A Telebras pode ser parceira de vocês em arranjos semelhantes, por que não?

E o quinto ponto é realizar um processo de desverticalização menos invasivo.

O fato de a Telebras operar essencialmente no atacado é um estímulo positivo à competição. Fora o Poder Público, os clientes da Telebras serão outras empresas. Isso a estimulará a buscar arranjos eficientes e criativos que viabilizem a competição na ponta. A lógica aqui é a mesma da separação estrutural adotada em alguns países. A diferença é que, para isso, não necessitamos, pelo menos por ora, intervir na estrutura das empresas que já estão no mercado.

## **O fantasma da Telebras**

Mas, mesmo com seus aspectos positivos, a reativação da Telebras gerou muita controvérsia.

O interessante é que a Telebras assustou muita gente pelo que ela não é. Por isso, vou esclarecer aqui, mais uma vez, as nossas intenções.

O que nós não vamos fazer?

Não iremos desobedecer as leis e os regulamentos existentes. A Telebras é uma operadora como qualquer outra. Ponto.

Não estruturaremos um novo Sistema Telebras, composto por subsidiárias monopolistas em todos os estados. A Telebras tem plano de negócios de uma empresa enxuta. Orçamento de uma empresa enxuta. Estrutura social de uma empresa enxuta. O que mais é preciso dizer?

Também não faremos acesso em todo o país. Se vocês fizerem acesso bom e barato, para que faremos nós? Temos mais o que fazer.

E o que nós vamos fazer com a Telebras?

A Telebras fará a intranet do governo federal. Na rede, atualmente, dados confidenciais e não-confidenciais do governo se misturam e seguem rotas inimagináveis. O Estado brasileiro precisa de mais proteção.

Além disso, o controle sobre suas próprias redes consegue lhe dar mais garantias sobre a continuidade do serviço público que presta. Sistemas fora do ar e cortes da comunicação representam problemas com os quais muitas repartições ainda são obrigadas a conviver.

Por consequência, a Telebras também estará apta a ser o braço executor do governo, quando for necessário em políticas públicas de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, hospitais, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público.

No mercado de banda larga propriamente dito, que é o que mais deve interessar a vocês, o papel primordial de atuação da Telebras será como provedora de rede de transporte.

Ela venderá capacidade de seu *backbone* e de sua rede intermediária, que deverá abranger mais de 4.200 municípios em 2014. Com isso, seus objetivos não são outros senão induzir a competição e garantir um preço acessível às famílias menos favorecidas.

E o acesso? A Telebras proverá acesso somente nas localidades em que não haja oferta adequada.

Oferta adequada é um conceito aberto. Meus advogados me disseram uma vez que isso se chama norma jurídica em branco.

Traduzindo para o português, o que é oferta adequada será informado pelo CGPID e pela própria sociedade, que na próxima reunião do Fórum Brasil Conectado, discutirá este, entre outros temas.

## Carta do Guarujá

Quero terminar fazendo algumas sugestões para a Carta do Guarujá este ano. Mas, antes, preciso falar da última Carta do Guarujá.

No ano passado, das cinco propostas para um Plano Nacional de Banda Larga, cinco eram tarefa do governo.

Acho que a Carta do Guarujá deste ano pode conter algumas tarefas para as empresas do setor. O que vocês acham? O que podemos fazer – nós, governo, e, sobretudo, vocês, empresas – daqui até 2014?

O assunto banda larga está no centro do debate nacional. Ele nunca esteve antes com esta intensidade. Essa é uma oportunidade única! O governo – ou melhor, os governos, Estados e Municípios – vocês e toda a sociedade batem na porta, querendo política pública, qualidade, preço, acesso e querem pagar, querem comprometer seu parco orçamento, porque sabem da necessidade estratégica, em todas as suas dimensões, para os distintos usos públicos, individuais, familiares e de entretenimento e diversão, por que não.

Sugiro que aproveitem o momento e os incentivos que as administrações fazendárias vêm concedendo em, eu diria, praticamente recaídas sentimentais, pois não está no DNA do leão e do CONFAZ a generosidade que tiveram em fevereiro, em abril de 2009, em Fortaleza. Construam planos populares que incluam as classes C, D e ao menos parte da classe E. Comprometam-se com isso.

Comprometam-se, também, em fazer uso dos estímulos financeiros sendo desenhados e incentivem a produção de tecnologia no país. Invistam nisso. Sei que muitas vezes é difícil resistir à tentação propiciada pelo *dumping* de produtos importados, mas acredito que vocês têm consciência do seu potencial de gerar externalidades positivas e desenvolver setores correlatos.

Por que não termos, em 2014, um potente centro de produção e inovação em TIC? Ou uma rede de empresas e centros de pesquisas, articulada e complementar, trabalhando por encomendas. Vocês podem colaborar com o

principal: a demanda. Vocês sabem do que o mercado precisa, da quantidade e a que preço.

Produzam e incentivem a produção de novos conteúdos digitais: conteúdos brasileiros para os brasileiros. Talvez o bem mais democratizado no nosso país seja o dom da criatividade. Esse potencial precisa de veios para manifestar-se e todas as empresas deste setor representam os caminhos primordiais para isso.

Desenhos animados, romances, séries curtas para celulares, artes visuais, música. A riqueza da diversidade nacional depende em boa parte de vocês. Sem falar nos serviços de utilidade pública pelo celular ou por outros meios. Esta é uma responsabilidade grande. Tenho certeza que vocês têm consciência disso.

O que queremos para os nossos filhos? Queremos que eles tenham acesso a todas as ferramentas para poderem ser o que quiserem. Queremos radicalizar a liberdade e o potencial das próximas gerações.

Nenhuma genialidade deve ser desperdiçada, seja ela rica, pobre, nascida no Mato Grosso, no interior do Nordeste ou na Amazônia. Queremos que eles sejam pessoas relevantes.

E para isso é fundamental esse instrumento que temos. Para que cada cidadão seja efetivamente livre.

### **Onde queremos chegar com tudo isso?**

A única forma de alcançarmos isso ... o principal instrumento que temos para que cada cidadão seja livre ... é o acesso à informação. Com essa arma, ele pode ter uma cidadania ativa, pode ser propulsor da sua própria vida e dono de suas potencialidades.

E, para que ele seja relevante, temos de garantir que ele não apenas absorva informação, mas produza circule, interaja e comunique-se com o mundo conectado. Por isso queremos todo o Brasil conectado.

Para concluir minha intervenção, quero estabelecer um parâmetro para as nossas conversas daqui para a frente.

A nossa busca, minha e de vocês, é por esse futuro. Creio que é por isso que vocês nos chamaram aqui. Então, nada mais justo que a regra da nossa relação seja o diálogo, a cooperação e o espírito público.

O Brasil precisa de Estado. Mas não podemos pensar no Estado como um opositor do mercado.

O Brasil precisa de mercado. O mercado sadio é mecanismo de desenvolvimento e realização dos cidadãos.

Não estamos aqui para tirar o lugar da iniciativa privada. A Telebras não quer disputar clientes com as operadoras. Tudo o que o Estado quer é banda larga barata e acessível para os cidadãos. Queremos que todos vocês se juntem a nós na busca desse objetivo; nunca dissemos o contrário. Mas vocês têm livre-arbítrio e, se não quiserem fazer, alguém vai ter de fazer. O Estado tem de estar, pelo menos, preparado para isso.

O Brasil precisa de nós, Estado e mercado. Com diálogo, cooperação e espírito público, podemos construir juntos a agenda do Brasil Conectado.

Revestidos dessas ideias, dialogaremos com todos na semana que vem.

Obrigado pela atenção.